

S&P melhora a classificação de risco do Brasil

Novo rating soberano é BB-, a mesma nota que o País tinha antes da crise russa

A agência de risco Standard & Poor's finalmente elevou a nota de classificação do risco do Brasil devolvendo ao País a avaliação que tinha antes da crise russa. A medida era esperada desde agosto – quando outra agência, a Moody's, melhorou a nota da dívida brasileira –, mas tomou retomou fôlego no fim do ano, diante do resgate do Brasil de parte da sua dívida externa renegociada no âmbito do Plano Brady. Agora o Brasil tem a mesma nota da cambaleante economia Argentina.

A decisão foi bem recebida pelo mercado, mas foi embalada e amplificada pela decisão do banco central americano de reduzir a taxa de juro básica dos EUA. As duas notícias, juntas, barateiam as captações externas do governo e de empresas brasileiras e representam menor pressão sobre as contas correntes do País. No fim do dia, o papel que melhor reflete a percepção de risco Brasil, o C-Bond, subia 1,13%, a 78,312 centavos por dólar.

Segundo a nota da S&P, a nota da dívida de longo prazo em moeda local do Brasil passou de BB para BB+ e a classificação dos títulos da dívida de longo prazo em moeda estrangeira passaram de B+ para BB-. A agência também reafirmou o rating B para a dívida de curto prazo do Brasil.

A agência divulgou que “a elevação dos ratings refletem a melhora na administração macroeconômica do governo brasileiro desde a crise do real, um programa com significativo ajuste fiscal e progresso na reforma estrutural combinado ao câmbio flutuante e regime de meta inflacionária”.

CLASSIFICAÇÃO	
A nova posição do Brasil no ranking da S&P em comparação com a de outros países	
MENOS RISCO	MAIS RISCO
AAA	Estados Unidos
AA+	Bélgica
AA	Itália
AA-	
A+	Hong Kong
A	Chile
A-	Polônia
BBB+	China
BBB	Uruguai
BBB-	
BB+	México
BB	Colômbia
BB-	BRASIL e Argentina
B+	Bolívia
B	Paraguai e Venezuela
B-	Equador e Rússia
CCC+	
CCC	
CCC-	
CC	
C	
D	



AGÊNCIA
ELOGIA
GESTÃO
ECONÔMICA

A S&P diz ainda que “dois recentes eventos deram suporte à mudança na administração fiscal: o sucesso – sem precedentes – de conter efetivamente os gastos durante um ano eleitoral e a aprovação, na semana passada, do Orçamento 2001, sendo esta a primeira vez que o Orçamento é aprovado antes do início do ano fiscal”. A agência estima queda do déficit consolidado do governo para pouco menos de 5% do PIB em 2000 e 3,8% em 2001.

Atraso – Para o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, a nota apenas recupera os ratings anteriores às crises asiática e russa. “Do ponto de vista do rating, as agências refletem as visões do mercado de forma atrasada. A decisão da S&P foi mais do que merecida e não chegou a ser surpresa”. Quanto às possíveis repercussões da decisão no custo das captações e renegociações externas, ele disse que o impacto não será muito forte. “Vai refletir muito pouco porque a classificação reflete o menor custo, que já é praticado pelo mercado.”

Para ele, o mais importante foi a redução nas taxas de juros do Fed. “Numa economia aberta como a nossa, o piso da taxa de juros interna acompanha os juros externos. Fatalmente, significa que as possibilidades de redução nos juros internos aumentaram.” Segundo ele, quem classificou de ousadia a última decisão do Copom, de reduzir a taxa Selic, verá outras ousadias pela frente.

O diretor-executivo do Dresdner Bank, João Nogueira Batista, tem opinião semelhante. Para ele, há forte chance de o governo brasileiro reduzir a taxa de juro básica da economia em 0,5 ponto porcentual já no próximo encontro. “Ainda mais se o preço do petróleo continuar em queda.” O executivo avalia que a melhora do rating deve acelerar as captações e rolagens de bônus por parte do Brasil.

Esse é, pelo menos, o caso da Cesp. A empresa tem dívida de US\$ 500 milhões vencendo em maio e pretende fazer a rolagem já em fevereiro. “Não podemos ficar parados, esperando as condições externas, que podem piorar”, diz Julio Lapa, diretor-financeiro da empresa. Para Nogueira, empresas com grandes passivos no exterior, como Vale do Rio Doce, CSN e Petrobras devem antecipar a rolagem da dívida. “Isso é facilitado com a reclassificação do Brasil”, diz, destacando dívidas de volumes menores de empresas brasileiras devem ser roladas no mercado interno, ainda mais com perspectiva de juros internos descendentes. (Neusa Ramos, Valdete Cecatto e AE)

Economia - Brasil